



AVISO: As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda., encontram-se disponíveis na versão digital do jornal https://www.jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/ publicado nesta mesma data.

A Inter Pag Instituição de Pagamento S.A. ("Inter Pag" ou "Instituição"), apresenta as suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Inter Pag

A Inter Pag (anteriormente denominada como Granito), fundada em 2015 sob a marca Pago, é uma empresa de tecnologia voltada para autorizar e processar pagamentos, destacando-se pelo uso de tecnologia totalmente própria, desde o software até a operação final das transações. Em 2022, foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a atuar como Instituição de Pagamentos. A Instituição oferece soluções como captura, processamento e liquidação de transações, antecipação de recebíveis, aluguel de máquinas de pagamento, intermediação de crédito e serviços agregados.

Em 28 de maio de 2024, o Banco Inter S.A. anunciou a celebração dos contratos para aquisição da totalidade do capital social da Inter Pag, por meio da compra dos 50% anteriormente detidos pelo Banco BMG. A aprovação da operação pelo BACEN ocorreu em 24 de julho de 2024, momento em que o Banco Inter passou a deter o controle integral da companhia. A integração da Inter Pag ao Inter fortalece ainda mais a oferta de soluções de pagamento, além de aumentar a presença da marca Inter nos pontos de venda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterado pela Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025, a Inter Pag adota políticas e práticas voltadas à promoção da equidade, da diversidade e da igualdade de oportunidades no ambiente corporativo.

A Inter Pag possui políticas internas e diretrizes de gestão de pessoas que asseguram critérios objetivos, transparentes e não discriminatórios para contratação, desenvolvimento, remuneração e ocupação de cargos, inclusive de administração, observando as melhores práticas de governança corporativa e a legislação aplicável.

Destaques Operacionais

Estabelecimentos

Em 31 de dezembro de 2025, atingimos a marca de 80 mil clientes ativos, reflexo da continuidade de nossa estratégia comercial focada na qualidade da carteira e na eficiência operacional.

Nossa abordagem permanece centrada na otimização da composição da base de clientes e no aprimoramento contínuo dos processos operacionais, contribuindo para a manutenção de um modelo de negócio sustentável e eficiente.

Volume de Transações

Apresentamos um volume total acumulado processado em cartões durante o exercício de 2025 no montante de R\$ 16,5 bilhões de reais e 239 milhões de transações. Refletindo nossa estratégia de precificação e direcionamento para clientes de maior rentabilidade.

Destaques Econômico-Financeiros

Resultado Líquido

Apresentamos um resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 83 milhões.

Despesas de Pessoal e Administrativas

As despesas de pessoal incorridas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 somaram R\$ 52,8 milhões. Já as despesas administrativas no mesmo período totalizaram R\$ 119,3 milhões.

Destaques Patrimoniais

Ativo Total

Os ativos totais somaram R\$ 3 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido somou R\$ 2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

A Instituição adota política de destinação do resultado segundo a qual, após os ajustes e deduções previstos em lei, é assegurado aos acionistas o direito ao dividendo obrigatório mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, apurado em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. A Inter Pag poderá apurar resultados em períodos intermediários, não inferiores a 3 (três) meses, para fins de distribuição de dividendos intermediários, intercalares ou juros sobre o capital próprio, com base nos lucros apurados no período, lucros acumulados ou reservas de lucros, mediante deliberação da Assembleia Geral. O montante total das distribuições efetuadas em cada semestre observará os limites estabelecidos no Estatuto Social.

São Paulo, 31 de março de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)			
		2º Semestre de 2025	
	Nota	31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2025
Resultado		176.488	313.523
Resultado da intermediação financeira		176.488	313.523
Resultado de antecipação de transações de pagamento	16	36.056	72.992
Resultado de títulos e valores mobiliários	6c	139.432	240.531
Outras receitas e despesas operacionais		(121.928)	(178.338)
Receitas de prestação de serviços	17	7.249	26.694
Despesas de pessoal	18	(21.638)	(52.796)
Despesas administrativas	19	(71.394)	(119.255)
Receitas de aluguel de equipamentos POS	20	20.547	39.104
Despesas tributárias		(4.906)	(9.854)
Outras receitas operacionais		137	137
Outras despesas operacionais	21	(51.893)	(62.413)
Resultado operacional		53.560	135.185
Outras receitas (despesas) não operacionais		27	217
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		53.587	135.402
Imposto de renda e contribuição social	8	(24.998)	(52.827)
Lucro líquido		28.589	82.575
Lucro líquido por ação		0,02	0,05
Lucro por ação básico - R\$		0,02	0,05
Lucro por ação diluído - R\$		0,02	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)			
		2º Semestre de 2025	
	Nota	31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2025
Lucro líquido		28.589	82.575
Total do resultado abrangente do período		28.589	82.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)			
		2º Semestre de 2025	
		31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		28.589	82.575
Lucro do período		(124.798)	(218.532)
Juros de títulos ainda não recebidos		20.650	36.211
Depreciações e amortizações		24.998	52.827
Impostos de renda e contribuição social		20.616	23.711
Perdas operacionais		13.299	15.649
Efeito das mudanças de valor de ativos e passivos		101	915
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(2.586)	1.250
Ajustes ao resultado líquido		(19.129)	(5.393)
(Aumento) redução em outros ativos financeiros		(198.737)	(159.346)
(Aumento) redução em ativos fiscais correntes		12.747	711
(Aumento) redução em outros ativos		29.867	19.245
Aumento (redução) em contas a pagar a estabelecimentos		206.299	185.292
Aumento (redução) em obrigações fiscais correntes		(5.924)	(3.620)
Aumento (redução) em provisões		(867)	(1.762)
Aumento (redução) outros passivos		(5.020)	(14.458)
Impostos e contribuição social pagos		(26.579)	(27.119)
Caixa líquido gerado/(utilizado) em atividades operacionais		(7.342)	(6.450)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado		(21.832)	(30.541)
Aquisições de intangível		(13.519)	(32.491)
Aquisição de ativos financeiros ao custo amortizado		(10.157)	(1.010.670)
Caixa líquido gerado/(utilizado) em atividades de investimento		(45.508)	(1.073.702)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital		—	1.000.000
Caixa líquido gerado/(utilizado) em atividades de financiamento		(45.508)	(80.152)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		93.345	121.460
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		(101)	(915)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		40.393	40.393
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		(52.851)	(80.152)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)			
		2º Semestre de 2025	
		31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		28.589	82.575
Lucro do período		(124.798)	(218.532)
Juros de títulos ainda não recebidos		20.650	36.211
Depreciações e amortizações		24.998	52.827
Impostos de renda e contribuição social		20.616	23.711
Perdas operacionais		13.299	15.649
Efeito das mudanças de valor de ativos e passivos		101	915
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(2.586)	1.250
Ajustes ao resultado líquido		(19.129)	(5.393)
(Aumento) redução em outros ativos financeiros		(198.737)	(159.346)
(Aumento) redução em ativos fiscais correntes		12.747	711
(Aumento) redução em outros ativos		29.867	19.245
Aumento (redução) em contas a pagar a estabelecimentos		206.299	185.292
Aumento (redução) em obrigações fiscais correntes		(5.924)	(3.620)
Aumento (redução) em provisões		(867)	(1.762)
Aumento (redução) outros passivos		(5.020)	(14.458)
Impostos e contribuição social pagos		(26.579)	(27.119)
Caixa líquido gerado/(utilizado) em atividades operacionais		(7.342)	(6.450)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado		(21.832)	(30.541)
Aquisições de intangível		(13.519)	(32.491)
Aquisição de ativos financeiros ao custo amortizado		(10.157)	(1.010.670)
Caixa líquido gerado/(utilizado) em atividades de investimento		(45.508)	(1.073.702)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital		—	1.000.000
Caixa líquido gerado/(utilizado) em atividades de financiamento		(45.508)	(80.152)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		93.345	121.460
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		(101)	(915)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		40.393	40.393
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		(52.851)	(80.152)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

I. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias resultantes das disparidades entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis nas demonstrações financeiras, além de serem aplicados sobre prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados utilizando as alíquotas de imposto (e leis fiscais) vigentes ou substancialmente promulgadas na data do balanço, que serão aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto diferido é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. O reconhecimento dos impostos diferidos ativos ocorre quando do aplicável, apenas na proporção da probabilidade de que haja lucro tributável futuro disponível contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Os créditos tributários, detalhados na Nota 8, foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e em conformidade com as disposições da Resolução BCB nº 15/2020. **Alteração de alíquota da CSLL a partir do ano-calendário de 2026:** A Lei Complementar nº 224/2025, entra em vigor neste ano de 2026, estabelecendo um cronograma de alteração gradual das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para o setor financeiro, atingindo especificamente as Instituições de Pagamento (IPs) e Fintechs. O escalonamento das Alíquotas de CSLL acontecerá da seguinte forma: • 2025 (Ano referencial): A alíquota base de 9%. • A partir de abril de 2026: Início da majoração progressiva, com a alíquota de 12% até 31 de dezembro de 2027. • Após 01º de janeiro de 2028: a alíquota será de 15%. **m. Contas a pagar a estabelecimentos:** São obrigações de repassar os valores correspondentes às transações de compra de produtos e serviços realizadas por meio de cartões de crédito e débito aos estabelecimentos comerciais credenciados. Esses valores estão apresentados dentro do passivo no Balanço Patrimonial e representam compromissos assumidos pela Instituição decorrentes da liquidação das operações efetuadas pelos portadores dos cartões. **n. Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes legais são efetuados de acordo com a Resolução BCB nº 9/2020, conforme critérios, a saber: • **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; e • **Passivos contingentes:** (quando aplicável): decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que os resultados financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões e/ou passivos contingentes são classificadas como: (a) provisões, para as quais são constituídas provisões; (b) passivos, que somente são divulgadas se que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade adota, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando os riscos e incertezas envolvidos. Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação; e os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação. A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas são registradas na demonstração financeira quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente. Para processos relativos a causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, é utilizado o método massificado, que considera parâmetro estatístico. Os provisionamentos cíveis são realizados com base no ticket médio histórico das condenações dos últimos 24 meses; e os provisionamentos trabalhistas são realizados com base no ticket médio histórico das condenações nos últimos 36 meses. Obrigações tributárias e previdenciárias decorrem de obrigações relacionadas à cobrança de tributos. Essa apuração é realizada pelo escritório terceirizado responsável pelo acompanhamento processual, considerando os valores cobrados pelo Fisco, as provas apresentadas pela empresa e as tendências jurisprudenciais aplicáveis ao caso. **o. Redução no valor recuperável:** Os ativos são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. O Inter Pag avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo e, se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso. O teste de redução ao valor recuperável é realizado no mínimo anualmente ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil exceda seu valor recuperável. O valor contábil de um ativo é reduzido para seu valor recuperável sempre que o valor contábil exceder o valor recuperável estimado. **p. Resultados recorrentes e não recorrentes:** A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente o resultado aquele que: i - não está relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2025, a Inter Pag não apresentou resultados não recorrentes. **5. Eventos subsequentes**

Não houve eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação desta demonstração financeira.

CONTADOR: Vanderson Gonçalves Brandão - CRC-1SP 253.620/O-7 "S" MG

BALANÇO PATRIMONIAL			
Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2025	
Ativo			Passivo
Disponibilidades	5	15.747	Contas a pagar a estabelecimentos
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.853.391	Obrigações fiscais correntes
Títulos e valores mobiliários	6	1.853.392	Provisões
Contas a receber de emissores líquidas de provisão para perdas esperadas	7	766.814	Outros passivos
Ativos fiscais correntes		9.715	Patrimônio líquido
Ativos fiscais diferidos	8	72.818	Capital social
Imobilizado	10	152.145	Reservas de capital
Intangível	11	91.942	
Outros ativos	9	23.436	
Total do ativo		2.985.998	Total do passivo e patrimônio líquido
			2.985.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)				
	Capital social	Reserva de capital acumulados	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	913.243	300.000	(176.910)	1.036.333
Lucro líquido do período	—	—	82.575	82.575
Compensação de prejuízos acumulados	—	(94.335)	94.335	—
Aumento de capital	500.000	500.000	—	1.000.000
Pagamento baseado em ações	—	66	—	66
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.413.243	705.731	(122.926)	2.118.973
Lucro líquido do período	—	—	28.589	28.589
Compensação de prejuízos acumulados	—	(94.336)	94.336	—
Pagamento baseado em ações	—	30	—	30
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.413.243	705.731	(122.926)	2.118.973

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

a. Contexto operacional: A Inter Pag Instituição de Pagamento S.A., anteriormente denominada Granito Instituição de Pagamento S.A. ("Inter Pag" ou "Instituição"), iniciou suas atividades em 02 de abril de 2015 e está localizada na Avenida Copacabana, nº 190, térreo sala 01, bairro Empresarial Dezoito do Forte/Alphaville, na cidade de Barueri - SP. É instituição de pagamento autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil desde 15 de março de 2022. Se tornou uma subsidiária integral do Banco Inter S.A. em 24 de julho de 2024. Tem como objeto social: I. A prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartão de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações financeiras; II. O aluguel, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes do uso de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza que possam transitar em rede eletrônica; III. A prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções de meios eletrônicos para pagamentos; IV. A administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante cartões, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas e manuais com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas informáticos; V. A prestação de serviços de distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência privada; e VI. A locação de máquinas e equipamentos eletrônicos relacionadas às atividades constantes das alíneas anteriores.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Inter Pag foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Conforme previsto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/2023, a Instituição utilizou a prerrogativa de não apresentar os saldos comparativos de períodos anteriores decorrentes das modificações na classificação de instrumentos financeiros. Os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Em decorrência de ajustes de arredondamento, alguns totais podem não corresponder exatamente à soma aritmética dos valores que os compõem. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente.

Adicionalmente, abaixo estão algumas normas divulgadas pelo Banco Central que abarcam demais temas utilizados na elaboração das demonstrações financeiras: **a.** Resolução BCB nº 352/2023, de 31 de dezembro de 2025, em 31 de março de 2026. **b. Adoção de Novas Resoluções e Impactos Contábeis: Resolução BCB nº 352/2023:** Em 1º de janeiro de

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/B794-B53E-088C-A7A4> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B794-B53E-088C-A7A4



Hash do Documento

E7C80D5EA8541B5E4E2F60E5B4CBFB9FE150BAE7F6801BA028E041D776B5AD4B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2026 é(são) :

- Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 01/04/2026 22:11 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.

IP: 172.16.4.20

AC: AC Certisign RFB G5

